ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7777 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: APROPRIAÇÕES E TRADUÇÕES DOS GESTORES MUNICIPAIS DO ESPÍRITO SANTO

Mônica Nickel - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo Silvana Ventorim - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo Agência e/ou Instituição Financiadora: Fapes

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: APROPRIAÇÕES E TRADUÇÕES DOS GESTORES MUNICIPAIS DO ESPÍRITO SANTO

Este estudo investiga como as redes municipais de ensino do Estado do Espírito Santo traduzem as políticas de formação continuada em práticas formativas, a partir das apropriações dos gestores das secretarias municipais de educação. Vincula-se à pesquisa de doutorado que objetiva analisar as políticas e as práticas de formação continuada produzidas por estas redes e à pesquisa "Inventário das Políticas de Formação Continuada no Estado do Espírito Santo" que analisa as perspectivas teórico-metodológicas, conceitos, formas de efetivação e resultados da formação continuada de professores neste Estado, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes).

Argumentamos que os gestores de formação reinventam "maneiras de fazer" nos espaços em que atuam, onde constituem práticas de formação continuada nas correlações de forças e, nesse processo, interpretam e traduzem as políticas de formação continuada em práticas alinhadas às demandas e aos desafios emergentes.

No diálogo com Certeau (2011) e Ball (2011), consideramos que, na interação e na inter-relação entre os diversos sujeitos do contexto educacional, a política é interpretada, traduzida e refeita de diferentes maneiras e são atribuídos sentidos pela diversidade de práticas, que revelam itinerários múltiplos de atuação, a partir de relações possíveis entre as diferenciadas posições tomadas nos espaços praticados nos contextos das secretarias municipais de educação e da escola.

Esta pesquisa de abordagem quanti-qualitativa usa a pesquisa exploratória documental em três frentes: a) a análise documental dos projetos e programas de formação continuada; b) a aplicação de questionário aos gestores de formação das 78 secretarias municipais de educação, via Google Forms; e c) entrevista com gestores de formação de nove municípios (amostra representativa com os mais e menos populosos das macrorregiões do Estado e a capital Vitória), tendo como eixos de investigação: Função gestora e desenvolvimento profissional; Política de formação continuada da rede municipal; Organização, planejamento, e metodologia da formação continuada ofertada; Formação Continuada nos contextos dos

Planos Nacional, Estadual e Municipais de Educação e, por último; Avaliação das ações de formação continuada. Nesse estudo, apresentaremos dados descritivos relativos ao eixo "Função gestora e desenvolvimento profissional", resultantes do questionário em que obtivemos o retorno de gestores de 62 (79,48%) municípios do Espírito Santo

Quanto à identificação 75,8% nasceram entre os anos de 1966 a 1980 e 24, 2% entre os anos de 1951 e 1995. Quanto ao vínculo, 66,13% são efetivos como professores ou pedagogos e 33,87% são contratados, atuam em cargos comissionados ou são cedidos de outras redes. Sobre o vínculo de trabalho para atuar como gestor de formação 41,93% possui extensão de carga horária ou função gratificada, 50% são contratados ou têm outra forma de vínculo e 8,07% preferiu não responder. Quanto ao maior nível de escolaridade, 72,58% possuem pós-graduação *lato-sensu*, 22,58% mestrado, 3,22% doutorado e 1,62% graduação. No que se refere à graduação, a maioria possui mais de uma, havendo predominância nos cursos de pedagogia e licenciatura.

Em relação à instituição formadora, 74,2% dos gestores estudaram em instituição de ensino superior particular, 19,35% em instituição pública federal e 6,42% em outras. A partir das respostas sobre as funções exercidas na educação, deduzimos que estes profissionais transitaram por vários espaços, pois a maioria atuou como professor, seguido da função de pedagogo, coordenador de turno e secretário municipal de educação. Quanto ao tempo de atuação, 80,64% trabalham na educação de 11 a 30 anos, 12,9% de 31 ou mais de 41 anos e 6,45% de 1 a 10 anos. Identificamos que, sobre o tempo na gestão da formação, 70,96% atuam de 1 a 4 anos, o que nos mostra que este cargo pode ser temporário e atrelado ao período de gestão de um governo municipal, 16,12% estão na função de 5 a 8 anos e 11,29% de 9 ou mais de 21 anos.

Interessou-nos perguntar se há o cargo de gestor de formação ou equivalente quando 74,19% afirmaram que não, 20,96% que sim, 1,61% que não se aplica, 1,61% não sabia responder e 1,61% preferiu não responder. Em caso de não existência, verificamos que na maioria dos municípios esta função é exercida pelo pedagogo efetivo/ contratado ou, ainda, por um professor efetivo que atua nesse espaço. Chamou-nos a atenção que, em nove municípios, o gestor da formação é o secretário(a) municipal de educação.

Entre as diversas funções que os gestores de formação exercem, compreendemos que o diálogo com os professores torna-se necessário para o desenvolvimento das atividades formativas. Desta forma, questionamos sobre com que frequência são realizados reuniões/encontros de formação com os professores e 56,46% responderam frequentemente, 22,58% sempre, 14, 52% raramente, 3,22% não se aplica e 3,22% prefere não responder. Sobre a frequência da reunião com os diretores das escolas, 45,16% responderam frequentemente e 37,09% sempre. Esses dados indicam haver estratégias de articulação do trabalho da formação continuada, de compartilhamento com a gestão escolar e de diálogo com os professores.

Sobre a carga horária semanal destinada à gestão da formação continuada, constatamos que 53,22% dedicam 40 horas, 14,51% 25 horas, 14,51% 50 horas, 11,29% menos de 25 horas e 6,45% 30 horas. Nesse contexto, 98,38% afirmaram que esta carga horária semanal não é exclusiva para a formação e que acumulam outras atribuições e 1,62% preferiu não responder. Ainda sobre o tempo destinado à esta gestão 56,45% indicam insuficiência, 33,87% afirmam ser suficiente, 6,46% responderem não se aplica, 1,61% não sabe responder e outros 1,61% preferiu não responder. Esses dados permitem-nos considerar que a relação entre a carga horária na gestão é pouco compatível com as demandas do trabalho cotidiano e a formação continuada, podendo implicar a intensificação do trabalho do gestor em outras frentes e dificultar a gestão da formação continuada.

Em relação ao grau de influência que os gestores de formação ponderam ter sobre a política de formação continuada e 54,83% consideram ter muita, 35,49% razoável, 4,84% pouca, 3,22% não se aplica e 1,61% preferiu não responder. A influência na definição dos professores formadores, também segue essas referências quantitativas (54,84% considera ter muita, 27,41% razoável, 11,29% pouca, 3,22% não se aplica, 1,61% nenhuma e 1,61% preferiu não responder). Já sobre a definição dos objetivos da formação continuada 67,74% considera ter muita, 29,03% razoável, 1,61% pouca e 1,61% não se aplica e sobre as temáticas a serem estudadas 61,29% considera ter muita, 30,64% razoável, 6,45% pouca e 1,61% não se aplica. Esses elementos nos dão indícios de que os gestores da formação podem configurar-se como articuladores e tradutores de perspectivas de formação aproximadas às demandas das escolas, dado os lugares que ocupam na arquitetura da gestão educacional municipal.

Os dados preliminares da pesquisa indicam a relevância da análise da função gestora e da condição dos gestores como profissionais que medeiam as políticas de formação continuadas e as traduzem nos contextos de práticas municipais. As trajetórias formativas, as condições de trabalho e de valorização dos gestores municipais de formação podem implicar nos efeitos do atendimento à formação continuada, como direito dos professores e como compromisso político-pedagógico da gestão pública municipal.

Palavras-chave: Formação Continuada. Gestor de Formação. Políticas Educacionais.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). *Políticas educacionais*: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.